

DOSSIÊ TEMÁTICO:
Trabalho e Educação

**TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS NOVAS
DETERMINAÇÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO
CAPITALISMO**

*Lúcia Aranha**
*Neuza Severo Ribeiro Dias***

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo desenvolver algumas reflexões sobre o trabalho e a educação na Contemporaneidade, à luz das determinações subjacentes aos fenômenos característicos da crise estrutural do capitalismo, desencadeada no pós-70 do século XX, procurando apreender a rede de mediações e causalidades que lhe dão sentido e materialidade. Para tanto, procuramos recuperar a perspectiva ontológico-social de Marx para captar o empiricamente posto, a aparência, ultrapassá-la, até atingir a essência, o concreto em suas múltiplas determinações.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Capitalismo.

As três últimas décadas do século XX foram palco de variadas e significativas alterações na dinâmica do capitalismo. Com diferentes contornos e dimensões, as formações sociohistóricas regidas por esse modo de produção sofreram impactos nada desprezíveis diante da crise estrutural que eclodiu a partir dos anos 70. É óbvio que, a depender das particularidades de cada país

* Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal de Sergipe.

** Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Universidade Federal de Sergipe.

e da sua inserção na divisão internacional do trabalho, os impactos e as estratégias de reestruturação assumem características próprias, não obstante o seu caráter mais geral. O fato imediatamente dado era que o mundo estava mudando, o que, para muitos analistas, significava o fim do projeto da Modernidade, para outros, outra fase do seu desenvolvimento e, para outros mais, o fim da História. Em relação ao mundo do trabalho, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais passa a exigir um novo perfil de trabalhador, demandando para a sua formação/qualificação novos requisitos, cabendo, portanto, à educação dar respostas que atendam adequadamente ao que a “nova sociedade” dela exige e espera.

Diante destas considerações, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver algumas reflexões sobre o trabalho e a educação na Contemporaneidade, a partir das determinações do real, subjacentes aos fenômenos aparentemente dados, procurando apreender a rede de mediações e causalidades que lhe dão sentido e materialidade. Para tanto, consideramos fundamental recuperar a perspectiva ontológico-social de Marx para captar o empiricamente posto, a aparência, ultrapassá-la, até atingir a essência, o concreto em suas múltiplas determinações (MARX, 1983).

A Perspectiva Ontológico-Social de Marx e Sua Importância Para a Apreensão do Real

A primeira interrogação que se põe, portanto, é sobre o sentido do que estamos entendendo como perspectiva ontológico-social de Marx. Nesta direção, cabe adiantar que devemos superar o marxismo como

uma mera epistemologia [...], um paradigma teórico-metodológico a mais das ciências sociais, dependente da escolha arbitrária do pesquisador [...] [para entendê-lo como] um ponto de vista [que compreende] que a obra marxiana é fundada numa ontologia, densa de conteúdo histórico por tratar da constituição do ser social nos marcos do capitalismo e das formas de sociabilidade que lhe são inerentes (IAMAMOTO, 1998, p. 187-189).

Assim, o que queremos afirmar, utilizando as palavras do próprio Marx (1983, p. 24), é que “não é a consciência dos homens que define o seu ser; é o seu ser que, inversamente, determina a sua consciência”. Isto não

significa que à consciência¹ não caiba um papel decisivo na concepção marxiana, muito pelo contrário, mas o que está em questão aqui é a atribuição da prioridade ontológica que é dada ao ser, à existência, enfim, à objetividade do ser social. Em outros termos:

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo o materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento algo que é (LUKÁCS, 1979, p. 40).

Somente entendendo a perspectiva ontológico-social inerente às formulações de Marx é possível defender a atualidade da sua concepção, independente dos resultados a que chegou ao analisar o capitalismo do século XIX, em que o real se apresentava conforme determinações próprias daquele contexto. O fato é que o capitalismo, seu objeto de estudo, apesar de intensas mudanças ao longo do tempo, continua vivo, continua real, cabendo às categorias da razão a enorme tarefa de apreender as suas determinações na Contemporaneidade e reproduzi-las no plano do pensamento, no plano teórico, enquanto real pensado (KOSIK, 1980).

Considerando que apontamos alguns elementos esclarecedores da interrogação inicialmente feita, surgem outras indagações: quais, afinal, são as determinações do capitalismo no contexto contemporâneo? Quais as suas conseqüências para o trabalho e para a educação?

¹ Para Lukács essa posição de Marx, muitas vezes identificada com o velho materialismo, “foi interpretada, de diferentes modos, segundo o velho espírito; quando isso ocorreu, teve-se a falsa idéia de que Marx subestimava a importância da consciência com relação ao ser material”. Sobre esse equívoco, diz o autor: “Aqui nos interessa apenas estabelecer que Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. [...] O produto tardio não é jamais necessariamente de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 3). A esse respeito, a obra de Marx não deixa margem a dúvidas, na medida em que para ele a atividade do homem supõe uma teleologia, um “pôr teleológico”, pois “no fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que conscientemente tinha em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade” (MARX, 1971, p. 202).

Determinações da Crise Estrutural do Capitalismo Contemporâneo

Os estudos sobre as transformações por que vem passando o capitalismo depois da crise dos anos 70 do século XX possuem diferentes angulações, a depender da perspectiva analítica adotada, indo de meras e simplificadas descrições até análises mais criteriosas que contemplam a complexidade do contexto referido, sem falar nas que são marcadas por equívocos. Um ponto, no entanto, é inquestionável e consensual: a ordem do capital mudou e, nesse sentido, algumas categorias têm assumido um caráter de novidade que parece tudo explicar, bastando apenas a sua menção. No nosso entendimento, contudo,

nova ordem mundial, globalização, reestruturação produtiva, financeirização da economia, acumulação flexível, novas tecnologias, nova divisão internacional do trabalho, mutações nos processos, relações e formas de gestão do trabalho, novas qualificações, novo perfil do trabalhador, nova educação, enfim, nesse contexto em que o **novο** parece ser a ‘marca registrada’, impõe-se a necessidade de pensar esses conceitos a partir da premissa básica de que as ‘novas’ materialidades recompõem, em outras bases, as ‘velhas’ relações características da sociedade capitalista. A novidade reside, pois, no próprio capitalismo (ARANHA, 1999, p. 98)

que depois de uma fase inusitada de expansão sofre uma mudança radical, configurando uma virada no seu desenvolvimento.

Nessa direção, um primeiro e necessário esclarecimento, conforme indicam análises que nos parecem as mais procedentes (CHESNAIS, 1996; MESZAROS, 2002; ANTUNES, 2000; BOLAÑO, 2002), é que a crise capitalista caracteriza-se como uma crise estrutural. “A questão é que o capitalismo está experimentando hoje uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários” (MESZAROS, 2002, p. 1080). Tal crise, cuja demarcação histórica remonta à década de 70 do século XX, na qual o padrão de desenvolvimento que assegurou a expansão capitalista do pós-Segunda Guerra (cunhada como “os anos dourados” para uns, “os trinta anos gloriosos” para outros), tem procedência no esgotamento do

potencial dinâmico dos setores que puxaram a expansão [automotivo, eletro-eletrônico e da construção civil] e [em função] das contradições internas de uma economia de endividamento crescente, que gerou o descolamento entre as órbitas financeira e produtiva, responsável pelos

sobressaltos que passaram a acontecer recorrentemente no sistema a partir da crise do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, em 1982 (BOLANO, 2002, p. 57).

Do ponto de vista da acumulação, “a idade de ouro” do capitalismo teve no padrão fordista/taylorista, no Estado Intervencionista, de corte Keynesiano, cuja expressão maior foi o *Welfare State* e na forte presença dos sindicatos, os seus principais protagonistas. A crise do fordismo implicou em mudanças significativas na base técnica da produção, nos processos produtivos, nas condições e relações de trabalho, nas formas de controle, organização e gestão da força de trabalho etc. Nesse contexto, reconfigurou-se o papel do Estado, conforme uma lógica que o restringiu ao mínimo, segundo os preceitos neoliberais. Essas alterações no mundo da produção e na esfera político-institucional trouxeram desdobramentos relevantes para todo o tecido societário.

O quadro que emerge a partir da mencionada crise comporta elementos que se conformam ao que Chesnais (1996) denominou de “mundialização do capital”, expressão que para o autor mais corresponde ao termo “globalização”, cunhado pelos ingleses. O fato é que, nesse quadro,

embora tenham ressurgido alguns aspectos característicos daquela época [extrema centralização e concentração do capital, interpenetração das finanças e da indústria etc.], o sentido e o conteúdo da acumulação de capital e dos seus resultados são bem diferentes [...]. O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros [os fundos mútuos e fundos de pensão], cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos [securities] e sua obsessão, a rentabilidade aliada à “liquidez” [...] (CHESNAIS, 1996, p. 16-17).

Dentro dessa lógica, toda e qualquer forma de regulamentação estatal é malvista, pois cria obstáculos à liberdade de escolha do capital. Aliás, como destaca o próprio Chesnais (1996, p. 18),

ligar o termo “mundialização” ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente em 1979-1981 e cuja imposição foi depois ampliada, o capital recuperou a capacidade de voltar a escolher, com total liberdade, quais países e camadas sociais que têm interesse para ele.

Nesse contexto, ocorre um recrudescimento das desigualdades inter e intrapaíses, em função de uma lógica contraditória que exclui ao incluir aqueles que têm menos poder de barganha frente à dinâmica feroz da financeirização. Redundante dizer que o neoliberalismo assume, legítima e garante o processo de desregulamentação, fragilização dos Estados nacionais, privatizações etc, tão necessário à quebra de pactos anteriores e afirmação do novo estilo de acumulação. Cabe destacar também, ainda nos referenciando em Chesnais, o aumento do peso dos Estados Unidos, em função não apenas do seu poderio militar e do desmoronamento da União Soviética, mas da superioridade que tem no plano do capital financeiro em relação ao plano industrial.

São eles, então, que ditam as regras do comércio e das finanças internacionais, através de seus posicionamentos no FMI e no GATT [agora Organização Mundial de Comércio, com maiores poderes de intervenção para impor aos países mais fracos as políticas de liberalização e desregulamentação], e também dos posicionamentos menos formais que ordenam o relacionamento interno do oligopólio mundial. Compreende-se o peso que esse fator representa para a América Latina em geral e para o México e o Brasil em particular, e como pode condicionar inteiramente a política externa e interna das camadas dirigentes (CHESNAIS, 1996, p. 19).

De acordo com o que apontamos, nunca é demais lembrar o enorme diferencial entre os países de economias avançadas e os chamados periféricos, de Terceiro Mundo, em todo esse processo, vez que:

Enquanto, nos primeiros, a desregulamentação e as eventuais privatizações estão ligadas a uma estratégia nacional de posicionamento frente à concorrência internacional em setores chave para o futuro do capitalismo, nos outros, trata-se de alienar o patrimônio nacional, sem nenhuma contrapartida aparente, sob a pressão do endividamento externo e dos programas de estabilização ditados pelo Fundo Monetário Internacional (BOLAÑO, 2002, p. 57).

Cumprir, ainda, para a importância de tais elementos para a “transnacionalização” da produção, que, igualmente, obedece às “escolhas” da nova dinâmica da acumulação, ditada pelo capital financeiro. Além dos elementos destacados, para muitos estudiosos, a crise estrutural do capitalismo vem dando lugar a um conjunto de mudanças que, sob diferentes denominações (toyotismo, pós-fordismo, neo-fordismo, entre outras), aponta

para um novo modelo de produção, o “paradigma da flexibilidade”, cuja base técnica tem na microeletrônica o seu núcleo fundamental e, nas inovações organizacionais, as formas de controle e gestão da força de trabalho. Esse modelo, ao contrário da rigidez do fordismo,

apóia-se na flexibilidade dos processos e padrões de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140).

Em termos da estrutura de classes, verifica-se a sua recomposição, de acordo com um processo de fragmentação, heterogeneidade e complexidade, no qual se assiste ao enfraquecimento das formas de organização da classe trabalhadora, precarização e flexibilização das relações de trabalho, desemprego estrutural, subemprego, intensificação e superexploração do trabalho, principalmente de mulheres, negros e crianças, em um acentuado ritmo de deterioração das relações de assalariamento e exclusão social (ANTUNES, 1995; MATTOSO, 1995). Diante desses pontos,² resta-nos indagar o significado disso tudo para o trabalho, em sua articulação com a educação.

Trabalho e Educação Frente às Determinações da Crise Capitalista

Na perspectiva analítica por nós adotada e acima, rapidamente, esboçada, cabe ao trabalho a centralidade na construção e desenvolvimento da sociabilidade humana, pois, como salienta Marx desde **Os Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**, o homem se constitui como tal, quando, no seu intercâmbio com a natureza, muda a sua relação imediata com ela e, pela mediação do trabalho, por ele considerado como o primeiro modelo de práxis, a transforma para dar respostas às suas necessidades. Ao transformar a natureza, os homens transformam a si próprios, deixando de ser apenas um ser a mais da natureza, para transformar-se em animal humano, isto é, em um ser que, sem perder a sua objetividade natural, torna-se um ser social, cuja essência, para o autor, reside no conjunto de suas relações sociais.

² Não é nossa pretensão, nos limites de um artigo, dar conta de todos os elementos que configuram as determinações da crise capitalista desencadeada no pós-70 do século XX, tampouco precisar todos os aspectos que caracterizam o cenário que daí emerge. Nossa preocupação é destacar os pontos que consideramos relevantes à reflexão que ora desenvolvemos.

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...]. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1971, p. 202).

Esta concepção se patenteia em toda a sua obra, e é por meio dela que Marx procura entender a sociabilidade capitalista. É, portanto, tomando como fundamento a centralidade do trabalho³ que encaminhamos a nossa reflexão.

Sabemos que Marx, ao analisar o trabalho no capitalismo, destaca seu duplo caráter, ou seja, o trabalho em sua dimensão histórico-social genérica, como trabalho concreto voltado para a criação de valores de uso, como práxis positiva, que afirma a humanidade do ser social, e, como trabalho abstrato, trabalho voltado para a criação de valores de troca, práxis que nega o homem, alienando-o e condenando-o a viver em função apenas do reino da necessidade, enfim, trabalho como processo de valorização capitalista. Diz Marx:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo Trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX, 1971, p. 54).

Sem pretender retomar todo o processo histórico que ganha vulto com o capitalismo industrial propriamente dito, a partir da Primeira Revolução Industrial, momento em que para Marx a subsunção real do trabalho no capital emerge, recuperaremos alguns aspectos que entendemos serem bastante pertinentes ao item em exame.⁴ Nesse sentido, é preciso compreender que as transformações ocorridas na ordem do capital não podem ser reduzidas às modificações na base técnica, mas devem ser buscadas também nas diferentes faces do conjunto que conforma a reorganização das sociedades, como adverte muito bem Segnini (1994), ao analisar as distintas mudanças advindas da Primeira, Segunda e Terceira Revoluções Industriais.

³ Embora saibamos que a centralidade da categoria trabalho tenha sido questionada por alguns estudiosos, não vamos entrar nessa discussão nos limites deste texto.

⁴ Este item reproduz, em grande parte, pontos por nós discutidos no texto “Comunicação, Qualificação e Trabalho no Contexto das Novas Tecnologias” (ARANHA, 2001).

Dessa forma, a Primeira Revolução Industrial não se caracterizou apenas pela substituição da energia humana pela energia a vapor, com conseqüente intensificação da produção e da produtividade.

Também significou o surgimento de novas classes sociais antagônicas [burguesia e proletariado], a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, o desenvolvimento das relações assalariadas, possibilitando uma nova forma de exploração do homem pelo homem (SEGNINI, 1994, p. 60).

O mesmo pode ser observado quando se discutem as transformações decorrentes da Segunda Revolução Industrial, isto é, não se pode tomar somente a passagem da energia a vapor para a energia elétrica; utilização do petróleo como força motriz; introdução do aço; desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação como definidores de toda a configuração sociohistórica que emerge em fins do século XIX.

A Segunda Revolução Industrial também se caracterizou por mudanças sociais decorrentes de uma nova forma de organização capitalista. O capitalismo liberal é substituído pelos monopólios. Instala-se a produção em massa, o número de assalariados aumenta intensamente (SEGNINI, p. 61).

No contexto produtivo, com a base técnica eletromecânica sobre a qual se assenta a automação fixa, por meio de máquinas especializadas, desenvolve-se a produção em massa de bens padronizados; potencia-se a separação entre concepção e execução do processo de trabalho, com pouca ou quase nenhuma exigência de qualificação para a grande maioria dos trabalhadores, alta qualificação para o segmento que comanda o processo e determinadas qualificações para alguns setores fundamentais da produção, como torneiros, ferramenteiros, frezadores etc. (SALM, 1994). Assinale-se que essa conformação se dá em um quadro de “extrema fragmentação e simplificação das funções e [...] subordinação do ritmo do trabalho ao meio de transporte mecanizado” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 148). Em termos de coordenação, o Estado é a principal instância reguladora, enquanto a gestão empresarial obedece a um sistema fortemente hierarquizado com ênfase, portanto, na verticalização. O consenso é construído por uma certa “conciliação” entre capital e trabalho, já que o período expansionista responde

a muitas das conquistas da classe trabalhadora, como salários com base nos ganhos de produtividade, pleno emprego, avanço das organizações sindicais, entre outros fatores.

Quanto à relação trabalho e qualificação, não obstante a segmentação descrita, utiliza-se o discurso da igualdade de oportunidades, tomando-se a questão da mobilidade social, via educação, como ângulo fundamental para a garantia do projeto hegemônico burguês e, naturalmente, do consenso social. Se estes e outros mecanismos garantem levar adiante a hegemonia do bloco dominante no período referido, a crise desencadeada a partir da década de 70 do século XX põe em xeque não só as formas de produzir, mas as formas de controle da classe trabalhadora e a necessidade de organizar outras estratégias tendo em vista a lucratividade do capital e a manutenção da legitimidade, mediante a recomposição do consenso, no sentido gramsciano do termo.

Retomando a argumentação de Segnini (1994, p. 65), voltada agora para o quadro contemporâneo, vemos que: “assim como as bases técnicas que a antecederam, as novas tecnologias determinam mudanças nas relações sociais nos processos produtivos. Novas formas de uso da força de trabalho vão sendo delineadas, assim como novas exigências em termos de qualificação para o trabalho”.

No que diz respeito mais de perto à relação entre trabalho e educação, os estudos vêm tomando direções nem sempre convergentes, embora haja uma certa aproximação em determinados aspectos. No tocante ao novo perfil de trabalhador, as características vão desde a dimensão cognitiva até a comportamental, ressaltando-se, dentre outros, os seguintes atributos:

escolaridade crescente; experiência no exercício da função, o que implica o ‘conhecimento tácito’, relacionado com a subjetividade do trabalhador; capacidade de tomar decisões e prevenir desajustes operacionais; capacidade de comunicação que permita o estabelecimento de referenciais e proposições de ação comum entre trabalhadores que desempenham funções distintas e com diferentes graus de complexidade; habilidade manual que permita a utilização eficiente de equipamentos e instrumentos de trabalho de alta precisão técnica; capacidade de inovação no âmbito da(s) atividade(s) desempenhada(s); capacidade de conhecimento por simbolização de selecionar e relacionar informações várias; capacidade de assimilação de códigos e normas disciplinares e comportamentais, articulando, ainda, aspectos de personalidade e atributos relativos à condição étnico-cultural de gênero e generacional (BRUNO, 1996, p. 97).

Levando em consideração tais aspectos, Machado (1994) observa que a alteração se dá por meio de um duplo mecanismo, isto é, de um lado, flexibilização, agregando novas funções por trabalhador (multi-habilitações) e definindo um novo perfil de qualificação, o qual demanda elevada capacidade de abstração. Do outro, formas rígidas de trabalho e trabalhadores semiqualeificados.

Bolaño (1996, 1999, 2002), à luz do referencial marxiano, vem aprofundando a sua reflexão em torno de importantes eixos da Economia Política da Informação e da Comunicação, entre os quais a separação/aproximação entre trabalho manual e intelectual. Sem deixar de chamar a atenção para a permanência do referencial de classe, salienta, contudo, que já não se pode, nem de longe, tomar como base a estrutura de classes do capitalismo do século XIX. A classe trabalhadora do século XXI será cada vez mais formada por intelectuais e burocráticos, do setor público e privado, por engenheiros, médicos, professores e artistas, trabalhadores industriais altamente especializados, informáticos, cientistas, ao mesmo tempo em que novas profissões surgirão e que as velhas serão remodeladas.

Para Bolaño e Mattos (2004), muitas atividades, atualmente consideradas como de serviços, eram, há alguns anos, realizadas no âmbito das empresas do setor industrial, ao passo que hoje ocorre uma mudança de local, isto é, as mesmas tarefas são executadas em escritórios ou em casa, com trabalho contratado pelas próprias empresas que antes empregavam os mesmos profissionais.

Há também casos em que o profissional mantém-se no mesmo espaço físico do tempo em que estava ocupado como assalariado de uma empresa do setor industrial, mas seu contrato de trabalho é diferente do caso anterior, ou seja, o trabalhador foi 'terceirizado' e sua ocupação, estatisticamente, entra na classificação do setor terciário, embora, na verdade ele atue de forma clara e explícita para uma empresa do setor industrial (BOLAÑO; MATTOS, 2004, p. 2).

Os autores destacam, ainda, várias profissões ou ocupações que, apesar de definidas como características do setor de serviços, surgem em função do desenvolvimento de novas atividades industriais ou do avanço tecnológico em atividades industriais já existentes. Um claro exemplo disso é a profissão de *webmaster* (BOLAÑO; MATTOS, 2004).

Conforme Resende Pinto (1994), a nova base técnico-científica, embora marcada por relações de poder, potencializa as capacidades intelectuais e exige um conhecimento polivalente ou uma policognição, apontando para o que tem se convencionado conceituar como “intelectualização da produção”. Sobre esta questão, Lúcia Bruno (1996), Bolaño (1996, 2002) e Bolaño e Mattos (2004) vêm desenvolvendo uma linha de raciocínio muito próxima, com a qual concordamos. Para estes autores, estamos assistindo a uma quebra de fronteiras entre o trabalho manual e o intelectual e à potenciação da extração da mais valia relativa, em razão do predomínio do componente intelectual do trabalho. Vejamos os seus argumentos.

Destacando o caráter mediador do trabalho intelectual, Bolaño (1996) observa que, embora subsumido no capital, tal subsunção é distinta da do trabalho manual, o que confere ao primeiro um grau maior de liberdade, apesar da atual tendência ser justamente o apagamento dessa diferença. De acordo com tal tendência e tomando como referência o conjunto do trabalho intelectual, o autor considera que os processos emergentes de subsunção deste trabalho e de intelectualização geral dos processos de trabalho constituem a característica central da Terceira Revolução Industrial. Tais processos, para o autor, explicam amplamente a essência da atual reestruturação do capitalismo.

O fato marcante deste final de século é o surgimento, em decorrência do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e das redes telemáticas, de uma tendência ao apagamento de fronteiras entre trabalho manual e intelectual, manifesta tanto naquilo que venho chamando de subsunção do trabalho intelectual, quanto da intelectualização geral dos processos de trabalho na indústria e no setor de serviços (BOLAÑO, 1999, p. 1).

Nesse sentido, o autor destaca a importância da extração das energias mentais para garantir a reprodução ampliada do capital, ao tempo em que chama a atenção para a necessidade de “superar as barreiras impostas pelo próprio capital à efetivação do potencial liberador que o desenvolvimento capitalista cria [...] e repor o horizonte significativo do socialismo” (BOLAÑO, 1998, p. 19).

Lúcia Bruno (1996, p. 92), por sua vez, assinala que,

em termos históricos e em linhas muito gerais, desde que o capitalismo começou a desenvolver-se [...], a capacidade de trabalho do proletariado

foi se caracterizando pela seguinte sucessão: inicialmente a qualificação dizia respeito à capacidade de realizar operações que exigiam grande esforço físico e habilidades manuais sempre mais aprimoradas; depois, progressivamente, enquanto era obtido esse crescente adestramento muscular e manual, foram sendo desenvolvidos os componentes intelectuais da qualificação dos trabalhadores. Atualmente, a etapa que estamos começando a atravessar caracteriza-se exatamente pela predominância dos componentes intelectuais da força de trabalho, especialmente daquela em processo de formação. Trata-se hoje, pelo menos nos setores mais dinâmicos da economia mundial, de explorar não mais as mãos do trabalhador, mas o seu cérebro.

Para a autora, o elemento fundamental do processo de reestruturação do trabalho é o deslocamento do foco da exploração, do componente muscular para o componente intelectual, cuja viabilidade técnico-operacional funda-se na Tecnologia da Informação. Com tal deslocamento, ocorrem mudanças significativas nas formas de disciplina e controle da força de trabalho. Dessa forma,

sendo o cérebro do trabalhador, ou seja, sua capacidade de raciocínio e sua estrutura psíquica, o elemento a ser explorado no processo de trabalho, as técnicas de controle e disciplina convencionais que incidem primordialmente sobre o corpo do trabalhador, estão sendo substituídas pelas técnicas gerenciais participativas. Tais técnicas apresentam grande carga simbólica que tem dupla função: a de se constituir em canais formais de apropriação da capacidade de raciocínio dos trabalhadores e a de controlar e disciplinar sua estrutura psíquica, já que responsabilidade, envolvimento, interesse pelo trabalho e capacidade de inovar são, hoje, importantes fatores de produção. Assim, estamos transitando de um sistema repressivo, baseado no acatamento a uma ordem e na obediência a um chefe, para um sistema impessoal, baseado na internacionalização do regulamento e na adesão a uma lógica (BRUNO, 1996, p. 96).

É interessante observar o quanto a construção dessa nova racionalidade fundamenta-se em processos de participação, cooperação, cooptação e que, mesmo transitando para um sistema impessoal, utiliza-se, cada vez mais e paradoxalmente, da personalização, da individuação do trabalhador, isto é, constrói-se o impessoal recorrendo-se ao pessoal.

Se as possibilidades abertas pelas novas tecnologias têm conseguido contribuir significativamente para a recomposição do capital, importa ter presente que um sistema hegemônico, na concepção gramsciana, sustenta-se fundamentalmente na obtenção do consentimento dos que são explorados/

dominados, embora possa se recorrer à coerção. Naturalmente que a manutenção do consenso apóia-se, além da dimensão ideológica, em ganhos de produtividade que devem ser, em parte, repassados aos trabalhadores. Em momentos de crise e de recessão como o que estamos atravessando, as bases do consentimento estão sofrendo abalos, nada desprezíveis, que precisam ser contornados, mais do que nunca, pela força do discurso, por estratégias de convencimento e adesão em que capital e trabalho são colocados como “vítimas” de um mesmo processo, (con)fundindo-se o que é inconfundível. Nesse sentido,

os trabalhadores enfrentam a perda de seus postos não como indivíduos, mas como consequência das ameaças que incidem sobre a viabilidade econômica das empresas. É isto que permite às gerências impor o regime hegemônico apoiando-se em seus procedimentos de coordenação de interesses para comandar o consentimento ao sacrifício (BURAWOY, 1990, p. 32-33).

Ademais, em um quadro societário onde o discurso da mobilidade social não mais se sustenta, apela-se para conceitos como empregabilidade, “como um dos princípios orientadores do processo de reestruturação moral e cultural que operam no contexto da hegemonia neoliberal atualmente em curso numa boa parte do mundo capitalista” (GENTILI, 1999, p.85), com o que se transfere para o indivíduo toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso em relação ao mercado de trabalho, cabendo, portanto, à educação dar respostas que atendam adequadamente ao que a “nova sociedade” dela exige e espera, ou seja, fornecer as competências e atributos gerais para garantir a apreensão das qualificações específicas, deixando o indivíduo “preparado” para lutar por um espaço no restrito e excludente mundo do trabalho, em um cenário marcado pelo desemprego estrutural.

LABOR-FORCE AND EDUCATION IN THE FACE OF THE NEW DETERMINATIONS OF THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITALISM

Abstract: The last three decades of the twentieth century were the setting of various meaningful transformations in the dynamics of capitalism. With different contours and dimensions, the social-historical formations ruled by this production mode suffered considerable impacts in relation to the structural crisis that starts after the seventies. It is obvious that, depending on the peculiarities of each country and of its implementation of international division of work, the impacts and strategies of restructuring have their own characteristics, regardless of the country's general character. The immediate fact was that the world was changing and that concepts like neo-liberalism, globalization, productive restructuring, new blocks of power, a new pattern of accumulation, among others, had a self-explanatory power, and expressed, for many analysts, the end of the modernity project, and for others, the end of History. In relation to the world of work, the introduction of technological and organizational innovations starts to require a new worker profile, putting new demands on his graduation/qualification. Therefore, education has to give answers that correspond properly to what the "new society" demands and expects from it. In the face of these considerations, this work's objective is to develop some reflections about the relation between work and education going from the determinations of the actual underlying causes to the apparent phenomena given, seeking to comprehend the web of mediations and causalities that give it sense and materiality. In this way, we consider it extremely important to recuperate the ontological-social perspective of Marx to capture the empirical position, to go beyond it, even reaching the concrete, while real thought.

Keywords: Labor. Education. Capitalism.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Unicamp, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da terceira Revolução Industrial**. São Cristóvão/SE: Edufs, 1999.

_____. Comunicação, qualificação e trabalho no contexto das novas tecnologias. **Revista Candeeiro**, São Cristóvão (SE): ADUFS-SSIND, ano 4, v. 6, 2001.

BOLAÑO, C. R. S. La Genesis de la esfera publica global. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 147, 1996.

_____. Sociedade da informação: reestruturação capitalista e esfera pública global. **Estudos de Sociologia**, Araraquara: Unesp, n. 8, 1998.

_____. **O pensamento abstrato no século XXI**. São Cristóvão (SE): Universidade Federal de Sergipe, 1999. Mimeografado.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, dez. 2002.

BOLAÑO, C. R. S.; MATTOS, F. Conhecimento e informação na atual reestruturação produtiva: para uma crítica das teorias da gestão do conhecimento. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, artigo 3. Disponível em: <www.dgz.org.br>. Acesso em: jun. 2004.

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, L. (Org.) **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Relume Dumará, n. 13, jun. 1990.

CARVALHO, R. Q.; SCHMITZ, H. O fordismo está vivo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, jul. 1990.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GENTILI, P. O conceito de empregabilidade. In: LODI, L. H. (Org.). Avaliação do Planfor: uma política pública de educação profissional em debate. **Cadernos UNITRABALHO**, São Paulo, n. 2, 1999.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade humana. **Temas**, São Paulo: Civilização Brasileira, n. 4, 1978.

_____. **Ontologia do ser zocial**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, L. R. S. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MESZAROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

RESENDE PINTO, A. M. Pessoas inteligentes trabalhando com máquinas ou máquinas inteligentes substituindo o trabalho humano. **Trabalho e Educação**, Campinas: Papyrus, 1994. Coletânea CBE.

SALM, C. Os sindicatos, as transformações tecnológicas e a educação. **Trabalho e Educação**, Campinas: Papyrus, 1994. Coletânea CBE.

SEGNINI, L. R. P. Controle e resistência nas formas de uso da força de trabalho em diferentes bases técnicas e sua relação com a educação. **Trabalho e Educação**, Campinas: Papyrus, 1994. Coletânea CBE.

Artigo recebido em: 17/05/2005

Aprovado para publicação em: 01/08/2005.